



COUTO DE MAGALHÃES: A PRESENÇA DE UM HOMEM EXEMPLAR

Carlos Gomes de Carvalho *

*Que me pode acontecer? ...tenho
vivido bastante, não me importa morrer;
sem vida, os senhores podem levar-me por
aquela porta; sem honra não. É, sem vida
podem levar-me, sem honra não.*

Uma vida extraordinária! Frase lapidar, possível, por si mesma, de forma sintética e perfeita definir a figura ímpar de Couto de Magalhães. Personalidade multifacetada, pontificou no que se dispôs a empreender. Bacharel em Direito, destacou-se tanto como administrador público como empresário, vigoroso publicista e hábil político, literato sazonal e sertanista persistente, sobressaiu-se igualmente como pesquisador e cientista. Governador de quatro Províncias, foi igualmente comandante-em-chefe na frente matogrossense na Guerra do Paraguai. Mas é como estudioso do Brasil Central e ardente defensor da navegação do rio Araguaia que ganha um significado especial para os nossos tempos.

PRIMEIROS ANOS

Nasceu José Vieira Couto de Magalhães a 1º de novembro de 1837, na Província de Minas Gerais, na fazenda do Gavião, município de Diamantina. Foram seus pais o capitão Antônio Carlos de Magalhães e d. Tereza do Prado Vieira Couto.

Seu pai, português de nascimento entre cujos ancestrais se identifica o célebre navegante Fernão de Magalhães, era um negociante de diamantes que havia se casado

em ilustre família paulista, sendo sua mãe filha do notável matemático e naturalista José Vieira do Couto. Este descendia do Mestre de Campo Tomé Antunes do Couto, português de nascimento que veio para o Brasil em comissão científica e militar. Estabelecendo-se em São Paulo, constituiu família e se tornou conhecido entre os sábios de seu tempo. Mais tarde, no desempenho de seu cargo na demarcação de terras, fixou-se em Minas.

O historiador mineiro Sóter Couto transcreve em seu livro *Vultos e Fatos de Diamantina*¹ o registro de nascimento do futuro Brigadeiro, nos seguintes termos:

No livro III, página 19, do registro de batismo da Vila Diamantina, lê-se: 'aos dezoito dias do mês de dezembro de mil oitocentos e trinta e sete anos, me foi apresentada uma certidão do reverendo Cônego Joaquim Gomes de Carvalho, na qual declarava: que no dia dezanove de novembro próximo passado batizou solenemente e poz os Santos Olhos ao inocente José filho legítimo do Capitão Antônio Carlos de Magalhães e de D. Tereza Antônia do Prado Vieira Couto e que forão seus padrinhos o Dr. Christiano Gação Stockler e D. Maria Cândida Ferreira Prado. Nasceu no primeiro de novembro do referido ano de que foi êste assento. O pároco Sebastião José de Almeida..

Teve desde a infância, por estrito controle do pai, uma rigorosa educação formal no lar e em seguida no já celebrado Seminário do Caraça. Aos 17 anos, em 1854, vai a São Paulo concluir os estudos preparatórios e matricula-se no curso jurídico do Largo de São Francisco. Concluiu o curso em 1859 e no ano seguinte defendeu tese para doutoramento.

No período de estudante, Couto de Magalhães, além das matérias próprias ao Curso de Direito, desenvolvia uma febril atividade intelectual. Lingüística, literatura e filosofia eram os seus campos de predileção. No Mosteiro de São Bento ensinou Kant e Hegel e estudou profundamente português, francês, latim, grego e sânscrito. Entre seus alunos teve o futuro presidente da República, Prudente de Moraes, e a quem coincidentemente, por força da proclamação da República, entregaria o governo da Província de São Paulo. Apaixonou-se pela ficção e escreveu vários contos e novelas.

Um perfeito retrato desse período de vida de estudante ele faria anos depois em carta dirigida a seu amigo, o Conselheiro Homem de Melo:

Esse pequeno conto (Os Guaianás) é, como tudo o que tenho escrito, feito aos trambolhões e às carreiras. Lembras-te ainda daquele nosso bom tempo de saudosa memória da rua da Forca? Formávamos um grupo engraçado e cômico, sobretudo quando nos reuníamos na sala de jantar. O Ferreira Dias palpitava de entusiasmo lendo o Lamartine,

¹ COUTO, Sóter. *Vultos e Fatos de Diamantina*, Ed. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1954

V. estudava história pátria como um fanático, gesticulava repetindo os enérgicos discursos fervorosos da época da independência; eu passeava de um lado para outro, com uma gravidade tudesca, estudando o alemão. Éramos três entusiastas fardados diversamente. Nossa vida era então um agitar constante: ora escrevíamos artigos de política, ora discutíamos, ora corríamos apressados para as aulas, passeávamos, fazíamos ginástica, jogávamos espada, líamos poesias, exercitávamo-nos na conversação francesa... era um constante agitar. Pois bem, assim como foi a nossa vida de calouros, continuou a minha, com a diferença - a confusão e o labirinto não já eram tão alegres, mas eram sempre - tantos ou mais complicados.

Foi no meio desse redemoinhar que eu escrevi o opúsculo intitulado - *Destino das Letras no Brasil*, que escrevi os "Traços Biográficos sobre os Poetas Acadêmicos" e outras coisas que estão inéditas. Nas férias de 1858 e 1859 deu-me na veneta de escrever romances. Eu estudava então o português e assentei de escrever um pequeno ensaio em estilo quinhentista - foi o conto "O estudante e os monges", que publiquei na 'Revista Acadêmica'; concluí aquele original tipo que havia começado quanto morávamos juntos, isto é, o Dr. Calmiru e escrevi o que agora publico.²

ENTRE A LITERATURA E A CIÊNCIA

A verdade é que se tratava de um erudito precoce. Aprofundava-se em história natural, zoologia, botânica, mineralogia, geologia ao mesmo tempo em que entrava a estudar outros idiomas como o inglês, o alemão e o espanhol. Sobre essa erudição escreveria o Conde de Afonso Celso: *Em 1862, consagrou-se à física e à mecânica, procedendo a experiências, adquirindo instrumentos de preço. Quando em Londres, entregou-se ao estudo da medicina e da astronomia.*³ Montou, mais tarde, importante observatório astronômico em São Paulo, oferecendo-o, por fim, à Escola Politécnica dessa capital. As suas obras patenteam não vulgares conhecimentos de mineralogia, geologia, botânica, zoologia, antropologia.⁴

Os Guaianás, lançado em 1860, é um romance histórico sobre a fundação de São Paulo e praticamente nele se encerra as pretensões ficcionais do bacharel. Dois

² Apud "Viagem ao Araguaia", Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, vol. 28, 1975. Texto publicado no semanário D'O Brasil Contemporâneo, em novembro de 1887.

³ Em seu diário inédito até há pouco e recém publicado (Diário Íntimo, org. Maria Helena P.T. Machado, Companhia das Letras, 1998) Couto de Magalhães faz repetidas referências aos estudos que desenvolvia em Londres, bem como àquelas pesquisas que havia desenvolvido até então no Brasil.

⁴ Apud LEITE, Aureliano. O Brigadeiro Couto de Magalhães, Gráfica Sauer, Rio de Janeiro, 1936

anos depois escreve um estudo sobre a revolta de Filipe dos Santos - *Revolução de Minas em 1720* - que lhe propiciaria o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todavia, é em dois outros trabalhos, que publicaria nos anos seguintes, que se mostra por inteiro com seu estilo límpido, correto e particularmente erudito.

Viagem ao Araguaia, são as memórias da expedição que realizou aos rios Araguaia e Tocantins, ao tempo em que era Presidente da Província de Goiás e contava apenas 24 anos de idade. A primeira edição foi publicada em 1863 na capital de Goiás. Em 1889 o jornal paulista "O Federalista" publicou o livro em forma de folhetim, reunindo-o em seguida numa brochura, sendo que a terceira edição (por muitos confundida com a segunda) somente seria editada em 1902. A redação foi mantida idêntica às duas anteriores já que, escrita no decorrer da excursão, muitas vezes em situações extremamente penosas, o General não permitiu que, já naquela segunda edição, de 1889, fosse lhe feita qualquer alteração. As edições seguintes portanto mantiveram-se assim idênticas às que foram lançadas ainda em vida do autor.

O enfoque central do livro, e que marcaria presença constante ao longo da vida de Magalhães, é a da navegação dos rios Araguaia e Tocantins e das potencialidades econômicas e sociais daí advindas. A questão o empolgaria tanto que, mesmo retirado da administração pública, a ela se lançaria como arrojado empresário. No ano de 1863, em sua mensagem à Assembléia Provincial, chamaria enfaticamente a atenção dos legisladores para esse ponto que se lhe afigurava de máxima importância para o futuro da Província de Goiás. Os rios regionais, no seu entender, eram um natural e indispensável escoadouro dos produtos - para o sul, o rio Taquari; para o norte, o Araguaia e o Tocantins. E os seus estudos e viagens de desbravamento levaram-no à conclusão de que o rio Araguaia era mais adequado do que o Tocantins para colocar as relações comerciais de Goiás com os centros comerciais de Mato Grosso, Pará e a Amazonas. A este respeito, aliás, faz uma incisiva defesa. Veremos em outro ponto os esforços de Couto de Magalhães, seja como Presidente das Províncias de Goiás, de Mato Grosso e do Pará, seja como empresário privado para tornar real o sonho da navegação regular do Araguaia-Tocantins.

A navegação do Araguaia, na macro visão do grande brasileiro, não objetivava somente a facilitar as comunicações e o comércio de gêneros entre Goiás os centros produtores e consumidores daquelas Províncias como igualmente alçava vôo para um projeto de extraordinário alcance ainda hoje: ligar a foz do Amazonas ao do Prata. O capítulo II - "O Araguaia debaixo do ponto de vista comercial" - é todo dedicado à defesa desse projeto e a destruir as objeções que a ele se apresentavam. Nesse plano, exposto logo no capítulo I, "Mudança da Capital, colocava também a necessidade imperiosa da transferência da capital de Goiás para Santa Leopoldina, lugarejo à margem do Araguaia. Vale aqui lembrar a notável antevisão do estadista: na década de 40 do século seguinte a capital de Goiás seria transferida, ainda que não para as margens do Araguaia, mas de toda forma para um local que propiciava melhores condições

administrativas. Posteriormente, com a criação do Estado de Tocantins, era a sua capital, Palmas, que se localizaria às margens de um rio.

Essa viagem inaugural pelo Araguaia, mal havia tomado posse no governo, foi a primeira de uma série de outras que o intrépido viajante fez pelos sertões da Amazônia, reafirmando um traço, quase diríamos genético, de sua personalidade, descendente que era do velho Anhangüera das bandeiras. A viagem, na qual enfrentou diversos perigos, inclusive de morte, durou 35 dias e percorreu 176 léguas, tinha finalidades exploratórias da geografia mas visava também ao conhecimento da realidade da Província que iria administrar. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que redigia as notas de viagem e descrevia os acidentes geográficos que encontrava - lagos, serras, riachos etc - adotava também inúmeras medidas administrativas.

O livro, quando de sua terceira edição, trouxe em apêndice um glossário de dialetos dos Xavantes, Xerentes, Carajás e Caiapós.

Até o fim da vida Couto de Magalhães manteve um extraordinário e aparentemente inexplicável entusiasmo pelo Araguaia. Em trabalho publicado em dezembro de 1898 na "Revista do Arquivo Público Mineiro"⁵ Afonso Celso entremostra a verdadeira fascinação que o Araguaia despertou no general, ao mesmo tempo em que lhe descreve o caráter:

Tão profundas e sinceras foram as impressões do General Couto de Magalhães pelo Araguaia, das belezas, das riquezas naturais e do futuro promissor daquela extensa via fluvial, que ele descreve com tanta elevação nessa Viagem, que, contando apenas 24 anos de idade, graduado doutor em Direito, falando corretamente o francês e o inglês, possuindo regular fortuna, podendo gozá-la em qualquer parte do mundo civilizado, não lhe faltando até para isso os elementos oficiais, pois governavam os seus mais íntimos amigos; oferecendo-lhe o governo imperial outra presidência - a de Minas ou Pará - escolheu esta, preterindo a de sua terra natal - Minas, onde poderia ostentar legitimamente a sua justa vaidade de moço, se a tivesse. Mas não! Preferiu província estranha, talvez de mais responsabilidade governamental, só para ficar o mais perto possível do já então seu Araguaia.

No entanto, mais famosa que essa obra sobre a navegação do Araguaia, está um outro livro de Couto de Magalhães que ganhou importância além fronteiras. Encomendada diretamente pelo Imperador, *O Selvagem*, seria publicado em 1876, ano da Exposição Universal, realizada na Filadélfia, e onde figuraria na Biblioteca Americana como obra representativa do pensamento etnográfico e da política do governo brasileiro em relação aos indígenas. Pedro II deu grande importância política

⁵ Incluído na parte introdutória da terceira edição de "Viagem ao Araguaia".

a esse acontecimento, para lá se deslocando e se apresentado ao lado do presidente americano na inauguração da feira.

O livro de Magalhães, diz um autor contemporâneo, *surgia ali como uma obra ilustrativa da preocupação do imperador com a construção de uma identidade nacional brasileira, e com a preservação e civilização dos índios, questões em voga na época.*⁶ Com efeito, *O Selvagem* constitui-se numa eloqüente manifestação de simpatia e defesa da causa indígena, inserindo-se aliás num esforço, desenvolvido no Segundo Império, de valorização do indianismo. No dizer da historiadora Maria Helena Machado,

*[...] a obra além de estar inserida no romantismo nativista, inclui-se em toda uma corrente de valorização do indianismo que no Segundo Reinado ganhava um tom oficial e palaciano, integrando-se ao projeto literário e artístico encetado no trono e posto em prática tanto no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quanto na Academia Imperial de Belas-Artes. No Segundo Reinado, a distribuição dos títulos de nobreza com nomes indígenas, a revivência, agora em torno da corte e da província de São Paulo, da voga de trocar os sobrenomes de origem portuguesa por aqueles de raiz indígena-tupí - que havia marcado, na Independência, o alvorecer do nacionalismo das elites brasileiras, sobretudo das províncias nordestinas -, o surgimento de estudos etnológicos e históricos das populações indígenas, atestavam que o indianismo se transformara em instrumento na construção de uma identidade nacional.*⁷

A busca de uma identidade nacional estimulava o aparecimento de estudos etnológicos, históricos e lingüísticos das populações indígenas. A expectativa do imperador em torno do valor científico da obra não poderia ter caído em melhores mãos. Estudioso, culto, com experiência na convivência direta com os indígenas como poucos e sendo um homem do Império, Couto de Magalhães realizou um significativo trabalho monográfico. Ao fazer um relato histórico e etnológico dos índios do planalto central brasileiro, descreve-lhes os hábitos, os costumes, as religiosidades e seu imaginário através das lendas, que compilou no decorrer de suas viagens. Exemplificando a importância da língua como instrumento decisivo para a atração pacífica desses tribos, o livro traz um curso de língua tupi-nheengatu. A obra enfim constitui-se num memorável esforço para derrubar preconceitos contra os índios e os mestiços seus descendentes ao mesmo tempo em que reafirma a sua visão do índio como legítimo representante da

⁶ Cf. Maria Helena P.T. Machado, op. cit., pg. 12

⁷ Ob. cit, id., ib, pg. 13/14

nascente nacionalidade brasileira e como componentes decisivos para a *constituição de uma raça americano-brasilica*.⁸

Enfim, com *O Selvagem* Couto de Magalhães se consagra como um dos grande predecessores da antropologia e etnologia brasileira contemporânea, transformando-se em, por assim dizer, num “pai” dessas ciências em solo brasileiro. Nessa obra com perfeição se unem o cientista e o pesquisador de campo, o humanista e o estadista.

Num artigo de imprensa publicado em 1887 se disse: *Infelizmente é O Selvagem menos conhecido entre nós que na Europa; lá foi traduzido para as línguas francesa, alemã e inglesa, e é tido em alta consideração pelos sábios. O ilustre professor Gubernatis fez em italiano um longo resumo, e tece-lhe os maiores encômios*. E mais adiante, numa igual referência ao autor, enfatiza:

N’O Selvagem, o Dr. Couto de Magalhães ostenta-se um erudito de fina água e filantropo dos mais acrisolados. Estudando a língua tupi, discute com admirável critério as mais difíceis questões de lingüística, e sustenta, com boas razões, a maior antigüidade do tupi que o sânscrito. Dá a morfologia desse idioma, analisa-lhe as belezas e riquezas, e registra-lhes as lendas, prestando um enorme serviço nesse ponto. Discutindo os costumes, religião e origem do indígena brasileiro, traz para a Antropologia valiosos dados e fatos novos de um interesse extraordinário, pois assim deve-se reputar tudo que nos narra o ilustre viajante, do que observou entre os costumes e instituições dos Caiapós, Guatós e Chambioás. As descrições topográficas, botânicas e geológica são contribuições reais para o estudo físico das regiões percorridas pelo General Couto de Magalhães.

E encerrando, o articulista procura enfocar outros aspectos da personalidade fascinante de nosso biografado. Diz ele: *Agora, deixando o sábio, vejamos o filantropo. Advoga com uma tal eloqüência e nobreza de sentimentos a causa do aproveitamento do indígena para o país e para a civilização, que o leitor se sente logo ganho para o seu lado. É baseado, porém, em sólidas razões fornecidas pelas ciências naturais e na filosofia das cifras que demonstra o General Couto de Magalhães as vantagens da catequese do nosso índio, e com todo critério apresenta o melhor meio para consegui-lo, que é o estudo da língua tupi - o instrumento mais próprio para semelhante conquista*.⁹

Todavia o tema, por mais científico que fosse e por maior a autoridade daquele que o expunha, não era pacífico e se prestava a inúmeras controvérsias. Haviam, em

⁸ Id., ib., pg. 14

⁹ in: D’O Brasil Contemporâneo, vide nota 2

todos os meios, fortes resistências a considerarem os direitos dos índios. A publicação de *O Selvagem*, a par dos encômios, fez frutificar polêmicas e críticas ferozes, contra o livro e contra o seu autor. Um dos jornalistas mais respeitados da época, Joaquim Serra, lamentava que um homem do porte de Couto de Magalhães perdesse o seu valioso tempo e o seu reconhecido talento com assuntos tão insignificantes quanto este dos indígenas: *Como é que um homem prático se ocupa de tais coisas?*- escreveu ele nos jornais mais importantes da Capital do Império.

Magalhães, sempre pronto para o enfrentamento, com grande lucidez retorque no mesmo diapasão: *Em primeiro lugar, não há estudo algum, por mais abstrato que pareça, que, cedo ou tarde, não traga seus frutos práticos. Em segundo lugar, se é útil estudar, descrever e classificar até a mais miserável planta de nossos campos, ver o mais rude e pobre mineral de nossos montes, muito mais nobre e útil é estudar, descrever e classificar o homem americano, e vou prová-lo.*

Essa lógica límpida e sensata se impõe em todas os seus argumentos, e ainda hoje 'O Selvagem' é tido como obra clássica da etnologia americana.

Além dessas duas obras mais conhecidas, deixou ainda os seguintes livros e diversas notas e memórias: *Os guyanazes ou a fundação de São Paulo; A Revolta de Philippe dos Santos em 1720, Anchieta e as línguas indígenas* e, recém publicado (1998), os seus diários que cobrem o período de 1880 a 1887, a que a organizadora intitulou de *Diário Íntimo*.

Esse rápido perfil do intelectual mostra de modo indiscutível, não existissem também as suas inquestionáveis qualidades como administrador e estrategista militar, o quanto José Vieira Couto de Magalhães está particularmente ligado ao Centro Oeste e a Amazônia.

POLÍTICO INVULGAR. ADMINISTRADOR NOTÁVEL

Concluído o curso de Direito, de imediato o destacado estudante mineiro é convidado para ser Secretário da Província de Minas como auxiliar da administração do Conselheiro Vicente Pires da Mota. Em 1862, aos 24 anos de idade, é designado presidente da Província de Goiás. Tomando posse em 8 de janeiro de 1863 nela permaneceu até 5 de abril de 1864, ano em que foi convidado a assumir a presidência de sua Província natal, dela tendo declinado, para logo depois assumir a do Pará, na qual ficou até 1865.

Tanto na direção dessas duas Províncias, quanto posteriormente na de Mato Grosso, além das providências da burocracia administrativa, o grande empenho do jovem presidente foi sempre pelo estabelecimento de rotas através do Araguaia.

A navegação do Araguaia, desde os ensaios de Souza Coutinho, excetuando-se o curto período dos esforços empreendidos por D. Francisco de Assis Mascarenhas (1804 - 1809), permanecerá abandonada por várias décadas, até que surge o empenho de Couto de Magalhães.

Assumindo o governo de Goiás em 1863, Couto de Magalhães empreende esforços junto ao Ministro da Marinha mostrando a importância da navegação fluvial para retirar a Capitania da estagnação em que vivia, e o faz demonstrando com dados comparativos que era mais vantajoso o comércio por via fluvial com Belém do que o que se realizava com o porto do Rio de Janeiro e de Santos. Os números apontavam que a diferença no custo dos fretes e dos produtos oscilavam entre 50% a 70% em favor da rota através do Araguaia - Tocantins. De agosto de 1863 a janeiro do ano seguinte, o engenheiro Valeé empreende viagem de exploração no Araguaia, dela resultando diversas indicações valiosas para o empreendimento da navegação. Essa foi a primeira viagem de exploração do Araguaia - Tocantins de características profissionais e com abordagens científicas.

Também o próprio Couto de Magalhães empreendeu viagem pelo Araguaia com o objetivo tanto de saber a situação da população ribeirinha quanto a de conhecer as condições de navegabilidade. Dessa sua primeira expedição é que resultou na “memória”, que se tornaria um dos clássicos da historiografia nacional. Nessa obra defende ele o Araguaia como um meio mais promissor que o Tocantins, tanto porque era melhor navegável e poder-se-ia aumentar a povoação na região percorrida, desta forma incrementando-se as trocas, como porque Mato Grosso seria beneficiado pela facilidade da intersecção do Araguaia com o Taquari, resultando na concretização do velho sonho da possível interligação das bacias amazônica e platina. Escreve ele:

Sempre que se fala na navegação do Araguaia apresentam-se logo dois argumentos, que aos olhos de muitos parecem irrespondíveis: as cachoeiras do Tocantins e o deserto das margens do Araguaia.

Entretanto, estes argumentos de nada valem.

Não se trata de saber se a navegação é ou não dificultosa; trata-se, sim, de sua conveniência. Quando é que um meio comercial qualquer convém? Todos sabem que é quando deixa lucro. Desde que se demonstre que o transporte por via do Araguaia é muito mais barato do que outro qualquer meio, está demonstrado que o Araguaia é o melhor dos meios de transporte.

Falar em cachoeiras, em praias desertas, é pedantismo próprio de quem não vê as questões por sua verdadeira face. Eu, que sou consumidor, que me importa se o ferro que eu compro custou a quem o conduziu muitos trabalhos e lutas? Para mim a única questão interessante é a do preço do ferro. Se, por via do Araguaia, compro por preço inferior ao que compraria por meio das estradas do sul, o Araguaia me deixa um grande benefício. (...).

Com todas as dificuldades que existem atualmente na navegação do Araguaia, e que serão removidas desde o momento em que a navegação se estabeleça mais regularmente, a arroba chega muito

mais barata, vinda do Pará, do que vinda do Rio de Janeiro. Fiz um cálculo minucioso destas despesas... .

A seguir, Couto de Magalhães apresenta um cálculo deveras detalhado. Com base numa carga de 1.900 arrobas saídas de barco numa viagem de Santa Leopoldina ao Pará, e outra de igual volume transportada em bestas de carga da Capital de Goiás ao porto de Santos, demonstra que o transporte por via do Rio de Janeiro sairia quase 300% mais caro. Para reforçar ainda mais o argumento do preço do transporte, adverte ele que só comparou peso com peso, sem incluir outras variantes como, por exemplo, o da limitação da capacidade dos animais no transporte de grandes volumes de cargas. E o entusiasmo do jovem bacharel vai mais adiante no descortinar de um horizonte cujo perscrutar vale para os dias presentes. Numa antevisão digna dos melhores estadistas, prossegue:

A perspectiva, porém, mais grandiosa não é essa; até aqui enxergamos uma redução, nos transportes para Goiás, de 200%, o que já não é pouco para o presente; se, porém, lançarmos as vistas para o futuro, a navegação deste rio é de tão grande magnitude, que tem de vir alterar a face das coisas, não nesta Província, mas em todo o Império. O estadista que for sinceramente interessado pelos negócios do país, não pode deixar de sentir-se verdadeiramente animado, diante dela. Aí vão os dados. Pelos últimos exames procedidos, já nesta Província, já na de Mato Grosso, temos que o Araguaia é navegável até ao porto do Rio Grande; que daí ao rio Taquari, no lugar em que lhe faz barra o Coxim, existe apenas a distância de 40 léguas; que o Taquari é navegável daí para baixo, de sorte que temos a foz do Amazonas ligada à do Prata por uma navegação fluvial interrompida por 40 léguas, e talvez por menos, visto que nenhum estudo há do Araguaia acima desse porto e, tendo ele aí 300 braças de largura, é provável que dê navegação muitas léguas acima.

Quais sejam os produtos da parte de Goiás adjacente ao Araguaia e da parte de Mato Grosso, nos vales do Taquari e Paraguai, é o que é fácil imaginar, considerando que o primeiro destes rios oferece os variadíssimos e ricos produtos do Pará sem o calor excessivo e sem as pestes dessa Província. A fertilidade de Mato Grosso é conhecida de todos. Considere agora o leitor o impulso imenso que não teria nossa indústria, desde o momento em que o fumo do vapor ondeasse no azulado céu destas novas Índias !¹⁰

Como presidente do Pará estabelece um plano de desobstrução das cachoeiras dos rios Araguaia e Tocantins, tendo para esse fim encomendado na Inglaterra um

¹⁰ Sobre a navegação do Araguaia e a participação de Couto de Magalhães veja-se o deste autor, MATO GROSSO TERRA E POVO, ed. Verdepantanal, Cuiabá, 1999

navio próprio para quebrar rochedos abaixo do nível da água. Providências paralelas foram adotadas: abriu canais, estudou as cachoeiras com o objetivo de encontrar meios práticos para superá-las, estabeleceu estímulos para fomentar a pequena navegação, discutiu insistentemente, tanto com a Assembléia Provincial quanto junto aos estudiosos e aos possíveis empreendedores, a exequibilidade de seus planos. A todos oferecia abundante informações geográficas e possibilidades comerciais e a todos pedia ajuda financeira para o empreendimento. O fato político marcante nesse período foi a sua forte desavença com o bispo D. Antônio de Macedo Costa, que o acusava de estar cometendo irregularidades.

Em setembro de 1866, em plena Guerra do Paraguai e com o solo brasileiro invadido, é nomeado presidente da Província de Mato Grosso. O seu nome foi escolhido pelo Imperador, entre vários outros candidatos, pelas inúmeras qualidades pessoais que demonstrara possuir, entre as quais a do talento administrativo, a da energia e disciplina pessoal e a da indiscutível bravura. O presidente acumulou então as tarefas administrativas e o comando da guerra, demonstrando toda a sua competência de estrategista militar. A retomada de Corumbá foi o maior feito, o que lhe valeria ao final da guerra, entre outras honrarias do Exército, o galardão de general. Nesse período enfrentou uma outra guerra não menos terrível e que ceifou milhares de vidas, a epidemia da varíola.

Após o conflito, o general, em meio ao rescaldo da guerra e da rotina administrativa, manteve vivo o seu sonho de estabelecer a navegabilidade do Araguaia. Em fevereiro de 1867, com o objetivo de apoiar a navegação a vapor estabelece uma colônia militar, na margem esquerda do Araguaia, na localidade de Itacaiú (*Ita-acaiú*), a 180 quilômetros abaixo da localidade de Registro do Araguaia. Nesse mesmo ano é eleito deputado pela Província de Goiás, licenciando-se em seguida para poder permanecer na presidência de Mato Grosso.

Em 1868, apesar dos enormes esforços administrativos despendidos na reconstrução da Província e em meio aos ataques da imprensa nacional que atacava seu projeto como um sonho ou uma loucura, Couto de Magalhães não descuidava de sua permanente preocupação e com a autorização do governo imperial funda a Empresa de Navegação do Rio Araguaia.

No ano anterior, havia adquirido um vapor de guerra que se achava estacionado no rio Paraguai. Dele retirou todos os apetrechos militares, dando-lhe características de um barco comercial. Uma vez preparado, fê-lo descer pelo rio Cuiabá, pegando o São Lourenço, até a barra do Piquiri. Aí, desmontado e transportado em carros de bois, varou os sertões e chegou ao Araguaia.

A verdadeira epopéia em que se transformou esse episódio vale aqui ser relatado, na descrição apresentada no prefácio da segunda edição de *Viagem ao Araguaia*:

O transporte efetuou-se em 16 carros, que conduziam em caixas, além do vapor desmanchado, torno, forjas, todo o material de uma oficina para armá-lo e fazê-lo funcionar regularmente, ferramenta adequada a repará-lo, fundir ferro e bronze das peças da máquina que se deteriorassem - objetos enviados não só de Cuiabá, como do Pará e Goiás, de cujas administrações os requisitara. Imagine-se a soma de trabalho que isto importou!

A viagem dos carros foi de 100 léguas, através de bravio sertão, desprovido de tudo. Eram eles escoltados por 20 praças, com machados e enxadas, a abrirem picadas, construírem pontilhões, à medida que avançavam. Vários ficaram pelo caminho, prostrados de fadiga, ou vítimas de sezões. Houve desinteligências entre os chefes, malogrando-se quase a expedição. Não cessavam os jornais de vaticinar que os restos do infeliz vapor seriam, afinal, abandonados e se perderiam no deserto intransitável!

Couto sobrepujou todas as contrariedades com serenidade e firmeza. Merecem atenta leitura, como exemplos do quanto alcança a força de vontade, os ofícios, contendo importantes dados históricos, geográficos e estatísticos, nos quais ele participa ao Ministério da Marinha e ao da Agricultura o que havia realizado. Trazem a data de 25 e 29 de maio de 1868, redigido este último no pouso defronte da foz do rio Vermelho, e constam do relatório da Agricultura, bem como do Jornal do Comércio de 14 de agosto do mesmo ano.

Instalou-se a oficina em pleno sertão, armou-se o vapor, - calcule-se com que labor! Couto lá foi em pessoa inaugurar a navegação do Araguaia.¹¹

No dia 28 de maio de 1868, na margem esquerda do rio, a 180 km de Vila Boa, na presença de Couto de Magalhães e do Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, 1º Vice-Presidente de Goiás, o barco Araguaynerú - assú foi lançado às águas. Foi um momento de grande euforia para Couto de Magalhães, que por quase uma década vinha sendo acusado de louco e visionário. Em ofício ao Ministro do Império, Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas, dando conta do acontecido, Couto de Magalhães vai à forra: [...] *agora digam o que disserem, nem por isso deixará de ser certo que eu dei o primeiro passo para unir a foz do Amazonas à do rio da Prata pelo nosso interior: essa glória ninguém me pode tirar.*

Nesse ano deixa a presidência da Província. Embora respeitado e festejado por sua sabedoria, tirocínio, disposição e energia por muitos e bastante prestigiado pelo governo, o general sofre igualmente muitas críticas pela imprensa e no

¹¹ Op. cit., pgs. 18/19

parlamento. Um dos seus opositores expõe com acrimônia e comemora a sua saída do governo: *Enquanto isso* (referia-se a epidemia que grassou) *o déspota que, como Nero, tocando uma flauta no clarão do incêndio de Roma, - nos dias calamitosos em que a varíola fazia milhares de vítimas, divertia-se em corridas de veados e pescarias, foi demitido felizmente*, escreveria depois Joaquim Ferreira Moutinho em suas *Notícias sobre a Província de Matto Grosso*.

Deixando Mato Grosso, prepara-se para assumir o seu mandato de deputado às Cortes pela Província de Goiás. Mas, nesse interregno, o Imperador dissolve a Câmara e convoca novas eleições. Concorre a novo mandato mas não é reconduzido.

Um tanto amargurado e decepcionado com a vida pública, Couto de Magalhães pensa em outras iniciativas. Estava nascendo o empresário.

O EMPREENDEDOR VISIONÁRIO

Retornando a São Paulo, Couto de Magalhães dedica-se aos negócios. Já possuía algumas economias, mas, com a morte dos pais em Diamantina, uma quarta parte da herança (dividida em igual forma com os irmãos Antônio, Antonino e Leopoldo) lhe veio às mãos.

Dedica-se então a vários empreendimentos. Investe em sociedade de ações, se torna sócio de diversas indústrias, entre as quais a de papel de Salto de Itu e participa da exportação de couro cru para a Inglaterra. Mais tarde viria a ocupar uma das diretorias do Banco de São Paulo.

Em 71 funda o Colégio de Língua Princesa Imperial Dona Isabel destinado a educação de crianças indígenas.

Mas o seu grande lance de empresário arrojado, e que proporcionaria um significativo aumento em sua fortuna pessoal, viria quatro anos depois. Em 1875 obtém do governo a concessão para a construção e exploração de 170 quilômetros da estrada de ferro entre São Paulo (Cruzeiro) a Minas (Três Corações), a *Minas and Rio Railway Ltd.*, vulgarmente conhecida como Estrada de Ferro do Rio Verde. Vai então a Londres, onde fica de 1880 a 1881, para negociar o financiamento da obra. O trecho é inaugurado três anos depois.

Investidor na cafeicultura, ajuda a fundar a Sociedade Promotora da Imigração em 1886. No ano seguinte, no prosseguimento de suas pesquisas científicas, monta em casa um avançado observatório astronômico, que seria mais tarde doado à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

DE VOLTA À POLÍTICA

Empresário poderoso e influente, o afastamento das lides partidárias era apenas relativo. Nos bastidores da política paulista, Couto de Magalhães era ouvido. Assim, em 1888 o seu retorno à atividade política e partidária se faz de forma triunfante. Se

torna o chefe do Partido Liberal em São Paulo e é nomeado presidente da Província. Não obstante, foi um brevíssimo governo já que meses depois seria colhido pela proclamação da República.

Monarquista convicto, embora instado por amigos, sócios e correligionários a aderir ao novo regime, a isso se recusa terminantemente. Até o fim foi um homem extremamente fiel às suas convicções e firme nas decisões que assumia.

Vale recordar aqui a descrição do que foi o seu último momento na atividade política e que é bem uma amostra do seu caráter. Testemunha ocular dos fatos, o deputado por Minas Gerais, Dr. Pedro Mata Machado, relataria na imprensa o acontecido:¹²

Conterrâneo do General Couto de Magalhães e redator-chefe do 'Liberal Acadêmico', comparecia algumas vezes em Palácio. Na tarde de 15 de novembro de 89, sabendo na rua de São Bento da proclamação da República, descia em direção ao palácio. Ao entrar no largo do Rosário, vi, dirigindo-se apressado para mim, o meu contra-parente e prezado amigo Dr. Pedro Lessa, que me disse em voz alta:

- Já soube da proclamação da República? Estou livre (dois dias antes afirmara que se mantinha republicano por coerência com as levianas afirmações acadêmicas); agora posso ser monarquista, seu correligionário; vamos a palácio oferecer nossos serviços ao Couto de Magalhães.

Deu-me o braço e penetramos na rua Imperatriz. Aí, parando na porta do 'Diário Popular', ele gritou para o Dr. Júlio de Mesquita, que estava assentado na sala de entrada:

- Ó Júlio, vou aqui com o meu correligionário, o Pedro Mata, oferecer ao Couto de Magalhães os nossos serviços em defesa da monarquia. O Dr. Mesquita correu para junto de nós, exclamando:

- Lessa, você está doido? Foi a surpresa que o perturbou?

- Doidos estão vocês. República de soldados, quando nosso papel vale mais do que ouro? Doidos estão vocês; e eu, que sou hoje livre, vou declarar-me monarquista.

Seguimos em silêncio e, ao subirmos os primeiros degraus da escada do Palácio, o Lessa, que continuava a dar-me o braço, parou e me disse:

- Minha entrada em Palácio agora causaria surpresa; vá só; depois eu me manifestarei.

¹² *Apud* Aureliano Leite, op. cit.

Subi, procurei o General e, na sala, onde estava com poucos amigos, permanecemos, com intercalados comentários sobre o acontecimento. O General Magalhães quase não falava. Algum tempo depois, chamaram para o jantar e quando findava, entregaram ao Presidente um boletim encimado pelo título em letras garrafas: - "Viva a República" - e noticiando a proclamação desta. O Dr. Couto de Magalhães leu-o em voz alta pausada e, após pequeno silêncio, afirmou:

- O que lhe posso dizer é que a República está feita: é, está feita. Eu conheço bem o Deodoro; ele não se meteria em brincadeiras. Também lhes posso afirmar que a ordem será mantida. A República está feita, mas há de cair, como caiu na Espanha; é, passado o período da experiência, há de cair, como caiu na Espanha.

Regressamos à sala e, com poucas falas e menor número de amigos, esperávamos notícias do Rio, que não chegavam, quando, cerca de meia noite, anunciaram em Palácio, Bernardino de Campos e Júlio de Mesquita; logo introduzidos, disseram ao General que estava proclamada a República e eles vinham receber o governo. Aquele replicou-lhes não ter prova alguma do fato; era o responsável pela ordem, pela vida e segurança da população de São Paulo; não lhe provavam que a Constituição houvesse desaparecido e, por isso, ele permaneceria no seu posto. Insistiram os emissários, falando em "Possível revolta do povo, agitado nas ruas da cidade." O General, sereno e calmo, retorquiu:

- Que me pode acontecer? ... tenho vivido bastante, não me importa morrer; sem vida, os Srs. podem levar-me por aquela porta; sem honra, não. É, sem vida podem levar-me, sem honra não."

OS ANOS FINAIS

Couto deixa o governo, sucedendo-o um ex-aluno de Filosofia, Prudente de Moraes. Volta então às atividades empresariais e científicas, dedicando-se particularmente ao seu observatório de astronomia, montado em sua casa às margens do Tietê. Solteiro convicto, passava horas a "ouvir estrelas", como costumava dizer. Bonachão, alegre, riquíssimo em seu derredor foi sendo espalhada a fama de excêntrico, quando não de lunático pela vozes maledicentes. Mesmo os amigos e admiradores comentavam. O já referido artigo publicado no semanário "O Brasil Contemporâneo" em 1887, portanto quando ainda dispunha de todo o poder político assim se referia: "Em duas palavras: o Dr. Couto de Magalhães é um excêntrico, mas um excêntrico de talento e de coração."

Mas o pior estava por vir. Em 1889 as primeiras manifestações da terrível doença que o levaria ao túmulo começaram a dar sinais. Uma crise nervosa lhe

acometeria no ano seguinte tão logo descobrira que estava com sífilis. Em uma ocasião encontraram-no vestido no belo uniforme de general do Império, alegre e muito contente pela próxima visita que o Imperador lhe iria fazer. Só que ... o uniforme estava pelo avesso e o general, de polainas, estava descalço. Essa suposta visita que D. Pedro II lhe faria se tornaria uma fixação permanente. É então internado no Sanatório dos Ingleses, em São Paulo. No ano seguinte viaja à Europa para prosseguir no tratamento de sua já combalida saúde.

Em 92, tendo já recobrado a sanidade, regressa, para logo em seguida ser denunciado como financiador da Revolta da Armada. Floriano Peixoto determina a sua prisão. A saúde frágil levam-no a interná-lo no Hospital Militar. Pouco tempo depois, dão-lhe permissão para se ausentar do país. Retorna à Europa e vai à Argélia. De lá remete uma série de cartas que é publicada no 'Jornal do Comércio'.

Retornando ao Brasil, se torna cada vez mais recluso e passa a ser conhecido como "o solteirão da Ponte Grande" (bairro onde localizava sua residência, às margens do Tietê).

A saúde, duramente atacada pela sífilis, definhava a olhos vistos. Falece no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1898, a pouco mais de um mês para completar 61 anos de vida.

Homem de vida simples, quase espartana, no final da vida dedicado apenas aos livros e às suas pesquisas astronômicas, José Vieira Couto de Magalhães deixou uma vultosa fortuna para seus familiares e três filhos naturais.

Todavia, o seu legado maior foi não só o seu caracter mas sobretudo a sua antevisão de estadista voltado para o desenvolvimento econômico e social do planalto central e a sua luta pelo respeito aos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JORGE, Miguel. *A vida de um homem*, Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, 1970.

MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 7ª ed., 1975. [Brasiliana]

———. *O Selvagem*, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. [Reconquista do Brasil].

———. *Diário Íntimo*, (org. Maria Helena P. T. Machado), São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1998. [Retratos do Brasil]

* CARLOS GOMES DE CARVALHO

É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupa a cadeira 40; do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional entre outras instituições culturais.

Publicou, os seguintes livros:

1. **Legislação Ambiental Brasileira - Contribuição para um Código do**

Ambiente (Leis e Jurisprudência) - Editora de Direito, SP.

2. Dicionário Jurídico do Ambiente

Ed. Letras & Letras - S. Paulo - 1991

3. Introdução ao Direito Ambiental

Ed. Verdepantanal - Cuiabá - 1990 - 1ª ed.

Ed. Letras & Letras - S. Paulo - 1991 - 2ª ed.

Ed. Letras & Letras - S. Paulo - 1998 - 3ª ed.

4. A Natureza pede Socorro

Ed. Oriente - Goiânia - 1975 - 1ª ed.

Ed. Verdepantanal - Cuiabá - 1989 - 2ª ed.

5. Natureza

Ed. Letras & Letras - S. Paulo - 1992

6. Constituição do Estado de Mato Grosso, Leis Complementares e Legislação de Interesse dos Municípios - (Organizador dos textos, seleção e notas)

Edições CEJUP - Belém (Pa.) - 1993

Edições Verdepantanal/Ed. Adriana - Cuiabá, 1998

7. Legislação Agrária do Estado de Mato Grosso - (Organizador dos textos, seleção e notas)

Edições CEJUP - Belém (Pa.) - 1993

8. A Administração Pública e seus Servidores. (Organizador dos textos, seleção e notas)

Edições Verdepantanal/Ed. Adriana, Cuiabá, 1998

9. Convergência - I (Estudos de Direito Ambiental, Filosofia da História e Literatura)

Ed. Amazônia - Cuiabá - 1988

10. Hematopoemas

Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso - 1989

11. A Arquitetura do Homem

Edições Matogrossenses - Cuiabá - 1980

12. Direito do Ambiente e Sociedade

in: Revista do Curso de Direito da Univ. Fed. de Uberlândia - (MG), vol.17, dez.1988

12. Congresso das Raças - Um manifesto por uma estética ecológica
(discurso de posse na cadeira 40 da Academia Matogrossense

de Letras -1985)

13. Direito do Ambiente e Sociedade, in: Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia - MG., vol. 17, dez. 1988

14. DIVERSOS OUTROS TRABALHOS FORAM, E ESTÃO SENDO, PUBLICADOS EM FORMA DE OPÚSCULOS, ARTIGOS DE REVISTAS E JORNAIS, entre os quais a revista de Cultura Vozes (Rio de Janeiro, vol 92, 1998/ Cadernos do UNICEN (Universidade de Cuiabá - UNIC, 1998), etc.